



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

DOI: <https://doi.org/10.20873/v6/F>

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL FAMILIAR: O CASO DAS REGIÕES PARANAENSES

THE FAMILY MULTIDIMENSIONAL POVERTY: THE CASE OF PARANÁ
STATE REGIONS

LA POBREZA MULTIDIMENSIONAL FAMILIAR: EL CASO DE LAS
REGIONES DEL ESTADO DE PARANÁ

Jandir Ferrera de Lima¹

Sonia Aparecida Gomes de Ramos²

RESUMO: Esse artigo analisou a pobreza multidimensional familiar no estado do Paraná, Brasil, com recorte geográfico das Regiões Imediatas, comparando áreas rurais e urbanas. A metodologia utilizada foi a estimativa de um Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF), com dados da base de dados estadual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O período de análise foram os anos de 2006 a 2016. Os resultados da pesquisa apontaram que a pobreza vem diminuindo ao longo do período, embora, com oscilações apresentando redução dos índices e posterior aumento. No período, a população residente na zona rural apresentou menor índice de pobreza familiar que as famílias domiciliadas na zona urbana.

PALAVRAS CHAVES: Pobreza; Família; Paraná; Bem-estar social; Urbano; Rural.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

² Colégio Estadual Cecília Meireles



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

ABSTRACT: This paper analyzed the family multidimensional poverty in the state of Paraná, Brazil, with a geographical focus on the Immediate Regions, comparing rural and urban areas. The methodology used was the estimation of a Family Multidimensional Poverty Index (IPMF), with data from the state database of the Paraná Institute of Economic and Social Development (IPARDES). The period of analysis was the years 2006 to 2016. The research results showed that poverty has been decreasing throughout the period, although, with fluctuations showing a reduction in rates and a subsequent increase. During the period, the population living in rural areas had a lower rate of family poverty than families living in urban areas.

KEYWORDS: Poverty; Family; Paraná State; Urban; Rural.

RESUMEN: Este artículo analizó la pobreza multidimensional familiar en el estado de Paraná, Brasil, con un enfoque geográfico en las Regiones Inmediatas, comparando áreas rurales y urbanas. La metodología utilizada fue la estimación de un Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF), con datos de la base de datos estatal del Instituto de Desarrollo Económico y Social de Paraná (IPARDES). El período de análisis fue los años 2006 a 2016. Los resultados de la investigación mostraron que la pobreza ha ido disminuyendo a lo largo del período, aunque con fluctuaciones que muestran una reducción de las tasas y un posterior aumento. Durante el período, la población que vive en áreas rurales tuvo una menor tasa de pobreza familiar que las familias que viven en áreas urbanas.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

PALABRAS CLAVE: Pobreza; Família; estado de Paraná; Bienestar Social; Urbano; Rural.

INTRODUÇÃO

As transformações relacionadas ao aspecto demográfico brasileiro apresentaram significativas alterações no século XX, com grandes mudanças nos indicadores de mortalidade e fecundidade, tornando-se necessário uma atenção maior a estrutura familiar e suas condições de vida. Além disso, ao final do século XX o Brasil avança em estratégias de desenvolvimento pela base, ou seja, levando em consideração suas especificidades territoriais (VASCONCELOS e GOMES, 2012; JOYAL, 2019).

Por outro lado, ao se considerar como população um conjunto de seres humanos com características determinadas, como grupo etário e localização, então é importante considerar a família como objeto de estudo das mudanças demográficas no contexto regional, ou seja, do lugar onde a família está inserida. Por exemplo: a dicotomia entre a população localizada nas áreas rurais e urbanas é influenciada pelo lugar. Tais diferenças entre essas áreas apresentam algumas características distintas, pois o rural é definido usualmente como o mundo não urbano ou não metropolitano. Enquanto a indústria e os serviços parecem ser características do meio urbano. A forma como a produção e as relações culturais se organizam nesses lugares também influenciara a estrutura da família. Além da estrutura da família, a dicotomia rural-urbana também é relevante para a compreensão e análise das



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

desigualdades sociais, em especial da pobreza territorial (ABRAMOVAY, 2000; ROCHA; 2013).

Características demográficas, familiares e localização da população são elementos importantes para compreender a desigualdade de renda no Brasil e não é diferente com o estado do Paraná, pois as melhorias que ocorreram na renda e na inclusão social da população brasileira se reproduziram de forma diferenciada no estado do Paraná. Embora o estado do Paraná apresente alguns índices favoráveis de crescimento econômico, ainda ocorre a presença significativa da desigualdade de renda e pobreza nas famílias (LOURENÇO, 2012; MENDES, 2014; ALVES, 2022). Segundo IBGE (2021), a amostra familiar paranaense no Censo Demográfico de 2010 constava de 199,805 famílias e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tinha cadastradas 415 mil famílias em programas sociais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, apresentando algum grau de vulnerabilidade, pobreza ou miséria, ou seja, o Estado apresentava um percentual de 7,3% das famílias atendidas.

Frente ao exposto, esse estudo tem como objetivo a pobreza multidimensional das famílias urbanas e rurais no estado do Paraná. Os resultados trarão um panorama da pobreza das famílias paranaenses e servirá de base para auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social e trazer possíveis melhorias no acesso a renda pela população mais vulnerável a pobreza. Ademais, esse estudo se insere dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular diretamente os objetivos 1- erradicação da pobreza e 10 -redução das desigualdades e de forma conexa os objetivos 3-saúde e bem-estar, 4- educação de qualidade e 6- água potável e saneamento.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

CONCEITUANDO POBREZA

O conceito de pobreza não é consensual e por isso não tem uma única definição, mas ela pode ser caracterizada em termos relativos ou absolutos, sendo estudados tanto dos pontos de vista econômico ou não econômico. Posteriormente, o conceito evoluiu e se ampliou reconhecendo que a pobreza é um fenômeno que vai além da falta ou insuficiência da renda, a pobreza está relacionada a algum tipo de privação (SOUSA, CUNHA e SOUZA JR, 2018; SOUZA *et al*, 2020).

Para Rocha (2013) e Raiher (2016), a pobreza é um fenômeno complexo, mas que pode ser definido como uma situação na qual as necessidades básicas, não são atendidas de forma apropriada, ou seja, a população em situação de pobreza não consegue suprir as necessidades mínimas.

Para Kageyama, Hoffmann (2006), a pobreza se refere a algum tipo de privação, podendo ser material ou incluir elementos culturais e sociais, frente aos recursos disponíveis pelo indivíduo ou a família. Os recursos disponíveis são o parâmetro usado para medir a pobreza, em especial, um nível de renda que determina a “linha de pobreza”, com a qual se caracteriza os indivíduos em situação de pobreza, extremamente pobres ou indigentes.

A linha da pobreza identifica e classifica como indivíduos pobres aqueles que estiverem com renda inferior a esse nível. Atualmente, no Brasil usa-se como parâmetro 0,5 salário-mínimo ou $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Este parâmetro é utilizado para designar população em vulnerabilidade e por meio de cadastro



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

inserir em programas sociais. No contexto familiar, a pobreza está relacionada aos recursos financeiros escassos da família para garantir as necessidades básicas de subsistências a partir da soma da renda do domicílio (MDS,2021).

Além da questão da renda, a teoria das capacitações de Sen (2000) apresentou dois conceitos centrais para a análise da pobreza: um diz respeito aos funcionamentos e outro as capacitações. Por funcionamentos se entendem as várias coisas que uma pessoa pode ser ou fazer, como não passar fome, estar bem nutrido até aspectos mais complexos tais como a autoestima. Já as capacitações envolvem as liberdades instrumentais, o meio pelo qual um ser humano possui para gozar a vida segundo suas escolhas pessoais. Analisado desta perspectiva, a pobreza é tida como uma situação na qual a ausência de certas condições mínimas de subsistência ou possibilidades impedem os indivíduos de ser e fazer o que desejam, tornando-se privados de algumas liberdades efetivas.

De acordo com o Banco Mundial (2000), a pobreza é a privação de bem-estar. Então, ela pode ser medida pela posse de renda, condições de saúde e nutrição de um indivíduo, nível de educação, posse de bens, condições de moradia, falta de oportunidades, impotência, vulnerabilidade e direitos em uma sociedade, como liberdade de expressão. Ou seja, a pobreza é realmente um fenômeno multidimensional, sendo a privação de um conjunto de elementos que garantem uma condição de vida saudável e digna aos indivíduos para que eles possam viver bem.

Frente aos diferentes conceitos e percepções de pobreza, por meio do índice da pobreza Multidimensional (IPM) pode-se captar as privações, tanto de renda quanto de outros aspectos. Esse índice demonstra que a incidência da



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

pobreza em múltiplas faces, ou seja, não se relaciona apenas com o rendimento, mas sim com a sua intensidade. Baseado nos limites dessa intensidade, o Índice de Pobreza Multidimensional classifica os indivíduos como pobres, pluridimensionalmente pobres ou em situação de pobreza grave (PNUD, 2014).

Em todo caso, simplificando: a pobreza pode ter duas dimensões: a dimensão da pobreza unidimensional que leva em consideração a renda e o consumo, levando em consideração a renda per capita e o consumo de uma cesta de bens que supre as necessidades básicas; e, a dimensão da pobreza multidimensional, a qual engloba diversos tipos de privações da população em questão (ALKIRE *et al*, 2015). Para Rocha (2013), Santos (2019) e Dallabrida *et al* (2019), a pobreza unidimensional pode ser caracterizada como parte da pobreza multidimensional com especificidades territoriais, ou seja, você pode ter um território com grandes potenciais de geração de riqueza ou mesmo de renda média alta, mas com um acúmulo de pessoas na linha de pobreza significativo. As especificidades do território não são capazes de dirimir a pobreza.

MEDIDAS DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Para medir a pobreza em um contexto multidimensional, os indicadores seguem duas abordagens: a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações. A abordagem das necessidades básicas incorpora valores morais, de justiça, liberdade e dignidade, na avaliação da pobreza. As necessidades refletem a situação de cada lugar e as necessidades



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

mínimas a serem satisfeitas. Esta abordagem considera essencial o acesso a alguns bens necessários a uma vida saudável e inserção social, tais como: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte público e educação (SALAMA e DESTREMAU, 2002).

A abordagem das capacitações é focada na avaliação da fome, pobreza e desigualdade. Nesse caso, o bem-estar depende das oportunidades oferecidas as pessoas não apenas como consumidores, mas em todas as esferas sociais. O bem-estar é medido pelos funcionamentos e capacitações. As capacitações como a habilidade dos indivíduos, de atingir diferentes combinações de funcionamentos e de permiti-los perseguir seus próprios projetos pessoais de vida (CANOVA *et al*, 2005).

Como já mencionado, para Sen (2000), a pobreza está relacionada às restrições que impossibilitam a realização das capacitações, ou seja, pobreza significa privação de capacidades básicas. Baseado neste contexto e fazendo uso da abordagem das capacidades, o Programa das Nações Unidas (PNUD) usou como indicador multidimensional o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é a média aritmética simples de três variáveis: saúde/longevidade; nível de educação; PIB real por paridade poder de compra.

Em meados dos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou os Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2). A partir desses índices a ideia de construir um indicador escalar, que sintetizasse todas as dimensões da pobreza humana começou a tomar maior impulso (PNUD, 1990).

Barros, Carvalho e Franco (2006) definiram que uma abordagem multidimensional para a pobreza, deve seguir a conceituação de pobreza sob o



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

enfoque das necessidades básicas e das capacitações. Ao inferirem que a pobreza é sem dúvidas um fenômeno multidimensional e que há a necessidade de ordenar países, estados, municípios, bairros, momentos no tempo, grupos sociais e mesmo famílias, faz-se necessário ter uma medida escalar da pobreza multidimensional. Buscando superar as limitações dos IPHs da PNUD, os autores elaboraram um indicador de pobreza similar ao IPH, mas que pode ser calculado para cada família a partir de informações comumente disponíveis em pesquisas domiciliares contínuas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O índice permitiu avaliar a evolução ao longo do tempo das diferenças entre regiões geográficas, o perfil e as diversas características da pobreza.

Barros, Carvalho e Franco (2006) formularam um índice escalar multidimensional de pobreza familiar baseados nas informações da PNAD. Utilizando para elaborar este Índice de Desenvolvimento da Família, 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. O indicador construído é uma agregação ao longo da linha proposta por Chakravarty, Mukherje e Ranade (1998), fundamentados por Barros; Carvalho; Franco (2006) para obter o grau de pobreza de contingentes tanto geográficos quanto familiar.

FAMÍLIA E SUA ESTRUTURA

A família como é conhecida atualmente, teve sua origem na civilização romana, tomando como ponto de partida o modelo familiar patriarcal hierarquizado. No caso brasileiro, a constitucionalização da família brasileira teve início com a expansão portuguesa no Brasil Colônia e o arcabouço



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

legislativo *Corpus Juris Civilis*, no qual foi introduzido os diversos ordenamentos jurídicos, e passou a vigorar as Ordenações Filipinas até 1916, quando nasce então o primeiro Código Civil brasileiro. O Código Civil de 1916 foi produzido tendo como seu pilar o patrimonialismo e o individualismo. A família era caracterizada pela figura do pai detentor do poder patriarcal, as relações familiares eram baseadas nos princípios, em que pai, mãe e filhos tinham papéis específicos (BARROS, 2002).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a execução da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) definiu como uma família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar. Contudo, para operacionalizar o conceito de família, a pesquisa restringiu o escopo da família ao grupo domiciliar. Assim, nos censos demográficos e outras pesquisas domiciliares, o alcance máximo de uma família vai até os limites físicos da moradia. Uma mesma família é definida pelos laços de parentesco e de ajuda mútua, mas que ocupe dois domicílios é contabilizado como duas famílias. Assim sendo, família e domicílio estão, intrinsecamente, relacionados nos censos demográficos (FERREIRA e ALVES, 2014).

Cabe lembrar que no final do século XX, as famílias brasileiras começaram a passar por mudanças, com a construção de um novo modelo familiar, marcadas pela diminuição do tamanho e o desenho de uma diversidade nos arranjos domésticos e familiares, surgindo diversos moldes. O conceito de família, influenciado diretamente pela sociedade e cultura ao longo do tempo, pois conforme as sociedades evoluem as famílias também se



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

reestruturam, atende as novas realidades dos indivíduos em suas respectivas épocas (GOLDANI, 2013).

Indiferente as diversas constituições familiares, inúmeras delas se encontram em situação de vulnerabilidade social, independente do espaço geográfico em que vivem. Para famílias brasileiras residentes na zona rural, o problema da pobreza se relaciona com a falta de acesso a serviços de saneamento e quantidade e qualidade suficiente de alimentos, bem como o acesso ao processo de modernização da agropecuária, seja por falta de recursos financeiros ou de terras, seja por falta de qualificação da mão de obra ou ausência de políticas públicas. Na zona urbana o êxodo rural, as dificuldades de acesso ao saneamento básico, as condições de qualificação e a restrição de ocupação de áreas urbanizadas criou um processo acelerado de crescimento desordenado das grandes e médias cidades, formando bolsões de pobreza nos centros urbanos (FERREIRA e ALVES, 2014). Ou seja, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas as famílias sofrem com condições de vida precária, lhes conduzindo a uma situação de pobreza multidimensional.

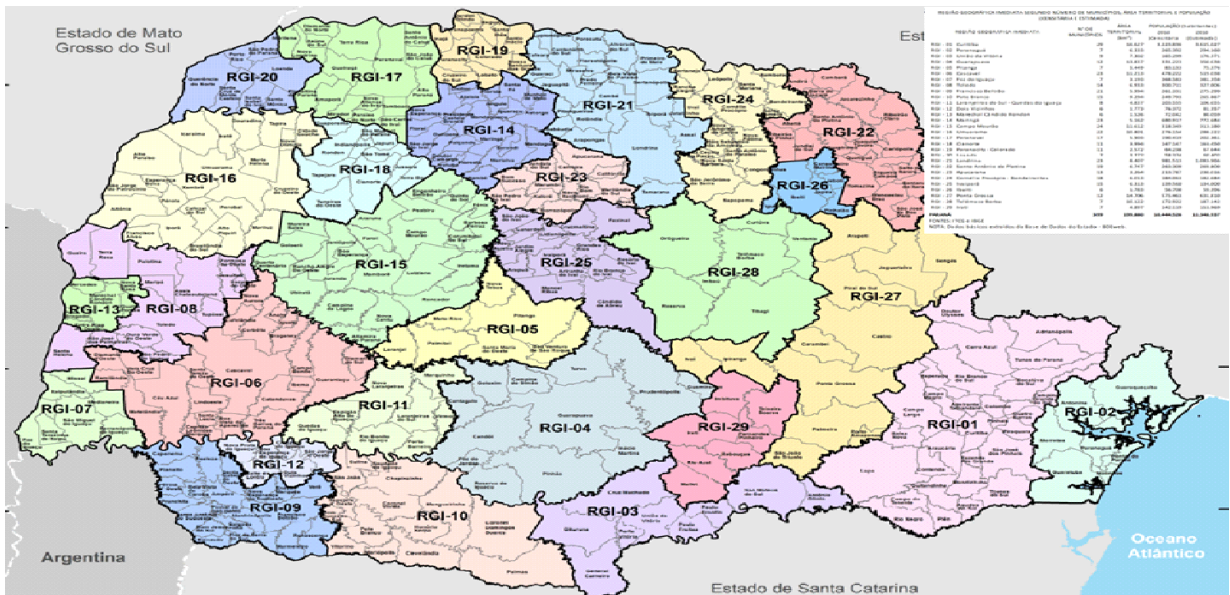
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo desta pesquisa foi o estado do Paraná, na Região Sul do Brasil e tem 399 municípios. O estado contava com 11.242.720 habitantes em 2016, de acordo com as estimativas do IPARDES (2021).

A Figura 1 apresenta a área geográfica de estudo: o Estado do Paraná. A análise da pesquisa foi feita seguindo as novas regionalizações da divisão regional do Brasil, na qual o Paraná totaliza 29 Regiões Geográficas Imediatas

no Paraná. A área geográfica da pesquisa seguiu esta nova regionalização, com um recorte entre os anos de 2006 e 2016.

Figura 1 - Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Estado do Paraná – 2021.



Fonte: IBGE (2021).

Com intuito de verificar e analisar a pobreza familiar paranaense entre as áreas rurais/urbanas foi construído um Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF). Os dados utilizados para a construção do IPMF foram oriundos do Banco de Dados do Estado do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), para os anos 2006 – 2016, comparando o grau de pobreza familiar nesse período. No caso, o conceito de família que margeou a pesquisa foi o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

mesma unidade domiciliar ou grupo domiciliar, dentro dos limites físicos da moradia. Uma família corresponde a um domicílio (IBGE, 2021; IPARDES, 2021).

Para mensurar as regiões como rural ou urbana, buscou-se uma alternativa em que fosse levado em consideração não somente a definição que o rural é definido como o mundo não urbano ou não metropolitano. Enquanto a indústria e os serviços parecem ser características do meio urbano. Para tal, se utilizou como base a classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que recorre à escala regional para definir três tipos de espaço: regiões predominantemente rurais com mais de 50% da sua população vivendo em comunidades rurais; regiões predominantemente urbanas com menos de 15% da sua população vivendo em comunidades rurais; e, as regiões intermédias, nas quais a proporção da população a viver em comunidades rurais está entre 15% e 50%. Porém, com o advento do “novo rural”, muitas famílias residem em áreas rurais, mas não retiram seu sustento dessas áreas. Por isso, juntamente com o trabalho de Rodrigues (2014) e Staduto e Kreter (2014), que utiliza como critérios para definir rural e urbano diversas dimensões, entre elas o nível de desenvolvimento, então se utilizou como variável classificatória o Produto Interno Bruto (PIB). Para definir áreas rurais e urbanas foi utilizado a participação do setor primário no PIB, levando em consideração o percentual do PIB agropecuário em relação ao PIB total, nos casos em que o setor primário for superior a 20% do PIB, este será considerado área rural, se o setor primário tiver participação no PIB inferior a 20%, será classificada como zona urbana. Com total de 17 Regiões Geográficas Imediatas consideradas



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

com mais predominância urbana e 12 Regiões Geográficas Imediatas consideradas rurais.

DIMENSÕES, INDICADORES E DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é uma adaptação da metodologia proposta em Alkire e Foster (2009), Alkire e Santos (2010), com contribuição de Oliveira (2018), Barros, Carvalho e Franco (2006). O Índice de Pobreza Multidimensional busca mensurar a pobreza em diversas dimensões, é uma abordagem desenvolvida por Alkire e Foster (2009) denominado *Adjusted Headcount Ratio* (M0), que pertence a uma recente geração de medidas que renovaram o interesse no método direto de cálculo da pobreza.

A construção do M0 começa com a definição da unidade de análise, podendo tanto ser uma região, uma família ou mesmo um indivíduo. Após selecionam-se as dimensões e os indicadores (variáveis), priorizando aqueles que apresentarem mais relevância. Para as dimensões, indicadores e a unidade de análise, o método utiliza uma linha de corte em cada indicador, para identificar se o indivíduo ou família sofre privação num dado indicador; e outra linha de corte do nível de pobreza.

Para o cálculo do nível de pobreza, somam-se os indicadores que foram multiplicados pelos seus respectivos pesos e assim se obtém o nível de privação do domicílio familiar. Então, um ponto de corte de 33,3% ou maior é utilizado para indicar a ocorrência de situação de pobreza. Se esta pontuação é igual ou maior que 33,3%, o domicílio familiar e todos que nele residem são considerados pobres. Domicílios familiares com pontuação igual ou maior que



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

20% e menor que 33,3% são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional; e, os domicílios familiares com pontuação maior que 50% são considerados severamente pobres. Para encontrar a proporção de pessoas pobres multidimensionalmente usa-se a seguinte equação (01):

$$H = q / n \quad (01)$$

Em que: q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n o tamanho da população. A intensidade da pobreza representada por A estima a proporção de indicadores em que, em média, as pessoas pobres sofrem privação.

$$A = \sum_i C_i(K) / qd \quad (02)$$

Em que: c_i é a pontuação de privação do i -ésimo indivíduo pobre e qd representa o número total de unidades pobres por dimensão. Então, o IPM é o valor do produto das duas medidas: proporção de pessoas multidimensionalmente pobres e intensidade da pobreza.

$$IPM = H * A \quad (03)$$

No Quadro 1, estão dispostos as dimensões, indicadores componentes e os respectivos pesos de cada um. Cada indicador recebeu peso de 0,25 ou $\frac{1}{4}$, assim como, cada componente recebeu o mesmo peso uma vez que são em mesmo número.

Quadro 1- Índice de Pobreza Multidimensional Familiar - IPMF. Dimensão, indicadores e componentes.

ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL FAMILIAR			
Dimensão	Indicador	Quem é privado?	Peso
Vulnerabilidade familiar	Mortalidade infantil $\frac{1}{4}$	V1: Unidade familiar com mortalidade de crianças com menos de 5 anos	1,25
Conhecimento	Analfabetismo $\frac{1}{4}$	C1. Unidade familiar presença de adulto analfabeto	1/25
Renda	Renda média $\frac{1}{4}$	R2: Unidade familiar com renda inferior a linha de pobreza	1/25
Saúde	Crianças desnutridas $\frac{1}{4}$	S1: Unidade familiar com crianças menores de dois anos desnutridas	1/25

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2021).

Para o cálculo do nível de pobreza do índice foi feita a soma os indicadores que foram multiplicados pelos seus pesos, obtendo-se o nível c de privação da unidade familiar. Então, um ponto de corte k de 33,3% ou 1/3 das variáveis foi estabelecido, com isso o k, referente a pesquisa foi de k=1,34.

Na dimensão 1, a vulnerabilidade familiar, reflete uma família representada pelo volume adicional de recursos que será necessário para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão.

Na segunda dimensão tem-se o conhecimento, sendo considerada um dos meios mais importantes que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades,



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

Na terceira dimensão, a renda refere-se ao acesso a recursos monetários que representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva e ter acessos aos bens e serviços.

Na quarta dimensão, o enfoque foi a saúde, que possibilita a família o acesso aos meios de prevenção e cuidados da sua integridade física.

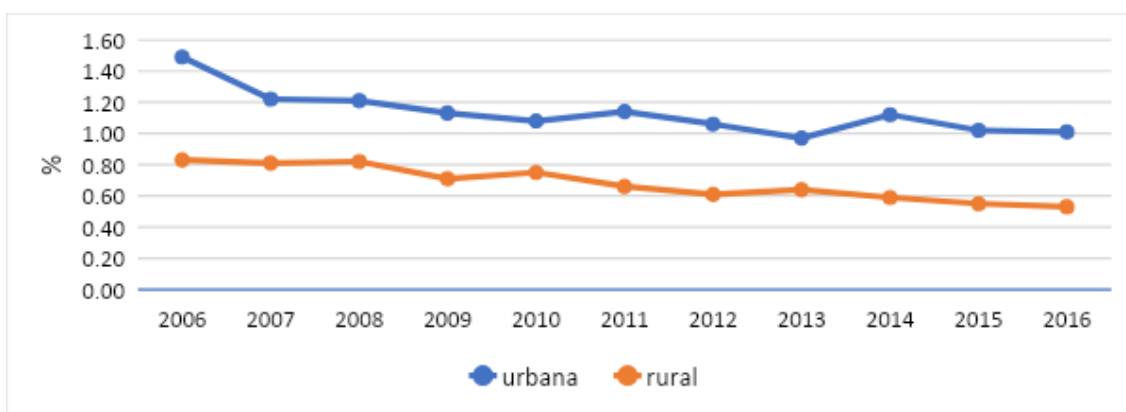
Ao atribuir os pesos das dimensões, indicadores e componentes também foi atribuído pesos idênticos a todos os indicadores de um mesmo componente e a todos os componentes de uma mesma dimensão. As dimensões recebem os mesmos pesos também. A ponderação, entretanto, é padronizada de tal forma que o grau de pobreza de cada família possa variar entre 0 para as famílias sem qualquer traço de pobreza e 100, para aquelas famílias absolutamente pobres.

Ao longo da apresentação dos resultados serão detalhados os dados utilizados especificamente em cada dimensão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF) analisou quatro dimensões e cada dimensão com um componente. No caso, a Figura 2 apresenta a Dimensão 1 vulnerabilidade familiar das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais para o componente mortalidade infantil para os anos 2006 a 2016.

Figure 2 - Vulnerabilidade familiar das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais para o componente mortalidade infantil - 2006 a 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Os resultados encontrados mostraram que o percentual de mortalidade infantil em menores de 5 anos diminuiu ao longo do período analisado no Paraná. Entre 2006 e 2016, houve uma queda de 0,52 pontos percentuais na mortalidade infantil nas Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) urbanas e 0,3% nas Regiões Geográficas Imediatas rurais paranaenses. Assim como pode ser evidenciado que as RGIs urbanas apresentaram um percentual maior durante todo o período analisado. Em 2006, a diferença era de 0,34 %, mas houve redução entre essa diferença para os anos posteriores. Entretanto, a redução foi maior 0,48 pontos percentuais em 2016.

A segunda dimensão do IPMF foi a dimensão do conhecimento, mensurado com o componente analfabetismo. Nesse caso foram analisados dados para famílias que tem em sua composição presença de adulto analfabeto. Os resultados da pesquisa apontaram a presença de adultos



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

analfabetos em algumas famílias. O maior percentual ocorreu nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, com 22,16% a mais do que nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Essa perspectiva foi observada ao longo do período, embora em 2006 essa diferença mostrou-se menor. Contudo, ao longo do período houve crescimento entre tais regiões. No entanto, percebeu-se que em ambas as classificações houve redução deste percentual. Nas regiões urbanas, a redução foi de -1,74% de 2006 para 2016. Já nas regiões rurais esse percentual foi um pouco menor, em torno de -1,49%, ou seja, as regiões rurais apresentaram um resultado melhor no montante do analfabetismo entre os membros das famílias, durante o período de análise.

A terceira dimensão, da renda média, teve como componente a própria renda média. Nesse caso, foi analisada a unidade familiar com renda inferior a linha de pobreza ou $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, que é uma definição padrão utilizada no Brasil para definir linha de pobreza. A análise demonstrou que as Regiões Geográficas Imediatas urbanas apresentaram percentual maior de unidades familiares que se encontravam em situação de vulnerabilidade, em relação as regiões rurais. Também se observou que houve queda no percentual de famílias que se encontravam com renda igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ salários-mínimos, em ambas as regionalizações durante o período de análise. A diferença percentual entre as regionalizações se mostrou continua. No entanto, a diminuição percentual entre os anos 2006 e 2010, para a regiões urbanas foi de 8,61 %. Nas regiões rurais essa queda foi de - 6,73%. Já entre os anos 2006 e 2016 enquanto áreas rurais no seu conjunto tiveram queda de -0,43 ponto percentual as regiões urbanas diminuíram - 3,89%.



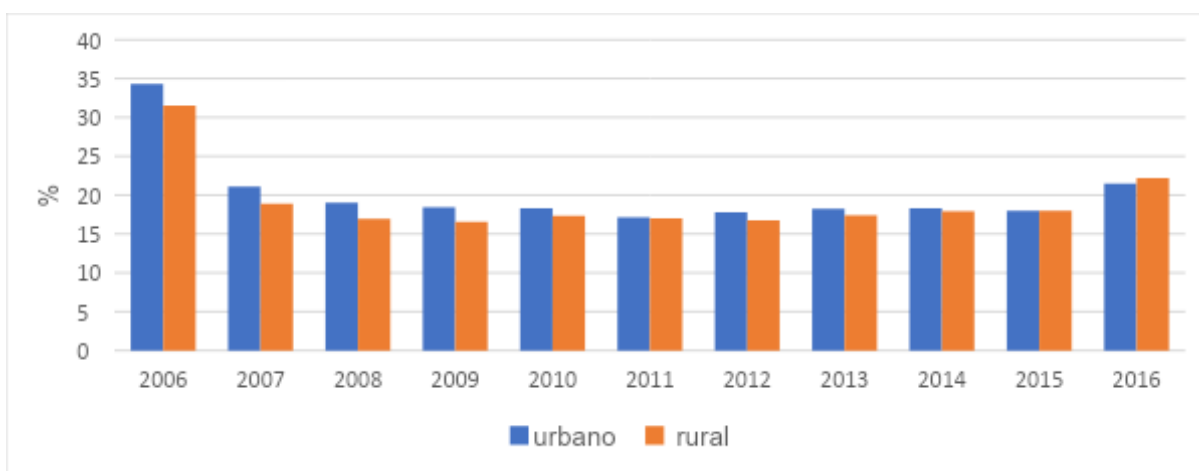
ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

A quarta e última dimensão da pesquisa analisou a saúde, tendo com o componente a existência de unidade familiar com presença de crianças menores de dois anos desnutridas. Os resultados demonstraram que em ambas as regionalizações ocorreu diminuição considerável de desnutrição infantil durante até 2015, e aumento em média de 3% para o ano de 2016. Nesse período de 2015/2016 a economia brasileira entrou em recessão. No computo geral do período analisado os dados demonstraram que houve redução da desnutrição em ambas as regionalizações analisadas. Embora as regiões rurais apresentassem em percentual menor nessa diferença, ela é pequena se comparada os seus índices em relação as regiões urbanas.

Em resumo: as dimensões e indicadores apresentaram percentuais maiores, das variáveis analisadas nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, do que nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Na mortalidade infantil os índices se mostraram em tendência de leve diminuição. Porém, no que tange ao analfabetismo, a diminuição foi mais constante sem muitas alterações. Com relação a renda média houve uma queda de 2006 para 2007, tornando a aumentar nos anos seguintes, mas sem grandes alterações até o período final tende a aumentar. Por fim, a desnutrição infantil apresentou queda de 2006 a 2015, quando se altera elevando-se em 2016.

Após a organização dos dados, o Índice de Pobreza Multidimensional foi composto por etapas, iniciando-se com a análise da incidência da pobreza (H). Na Figura 3 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), no período de 2006 a 2016, para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais paranaense.

Figure 3 - Incidência da pobreza nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná – em %- 2006 a 2016.



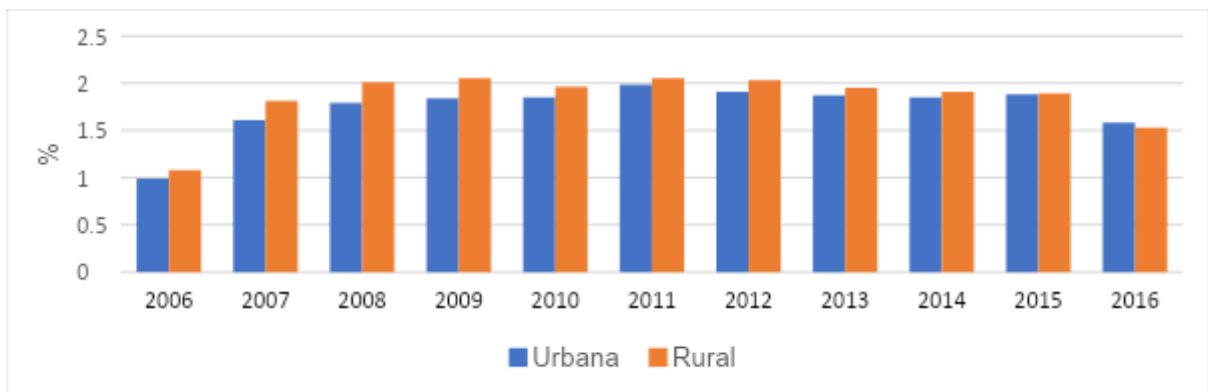
Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Na Figura 3 se nota que ao longo do período a proporção de famílias pobres (H) nas regiões urbanas foi superior as das regiões rurais, exceto para o ano 2016. Nesse período as regiões urbanas apresentaram proporção de pobreza inferior ao das regiões rurais em 0,66%. A dimensão da renda média contribui para esse resultado, pois a privação das regiões urbanas foi de 3,34% em 2016.

Entre os anos de 2006 e 2016 constatou-se que houve redução de -12,78% da proporção de pobreza nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, e redução de -9,33 pontos percentuais nas Regiões Geográficas Imediatas rurais.

A Figura 4, apresenta os resultados da intensidade de pobreza ou pobreza média (A), familiar no período de 2006 a 2016.

Figure 4 - Intensidade da pobreza das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.



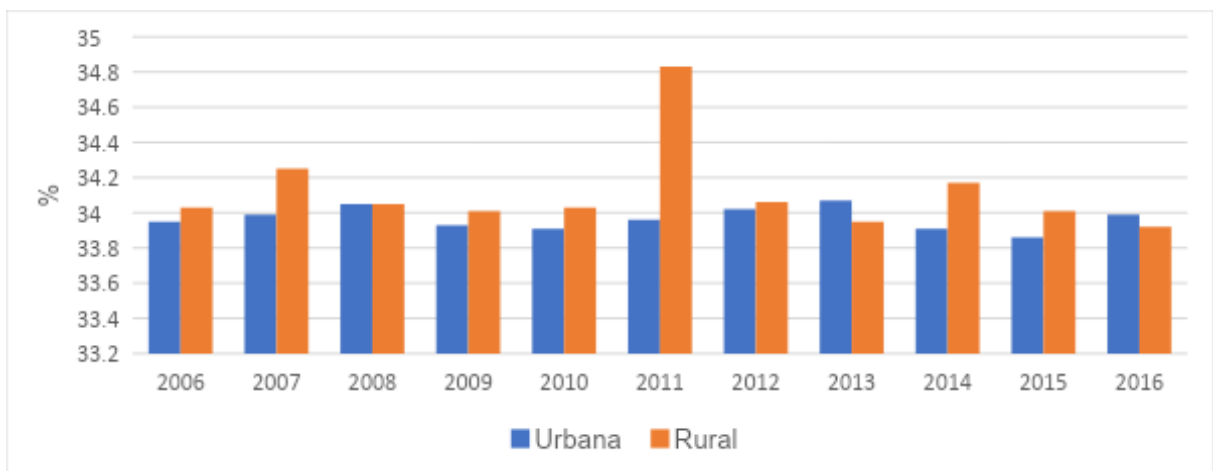
Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Embora a proporção de pobres fosse maior nas regiões urbanas, até por conta do adensamento de população, a intensidade da pobreza nestas regiões se mostrou menor em relação as regiões rurais. Em 2006, a intensidade da pobreza era de 1,08% nas zonas rurais e apenas 0,99% nas regiões urbanas. Esse panorama de diferenças se mostrou ao longo do período analisado, embora, os percentuais nas regiões urbanas permanecessem com pouca alteração, mas com elevação em média das privações. Nas regiões rurais as privações aumentaram em média 0,88% entre o período 2006 e 2010, com elevação nos anos posteriores até 2012 e com leve queda a partir de 2013 ao

final do período de análise. Os dados apresentaram um aumento de 0,45 pontos percentuais se comparado os períodos entre 2006 e 2016.

Na Figura 5 são apresentados os resultados consolidados da pobreza multidimensional (MO) para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais do Paraná para os anos 2006 e 2016.

Figure 5 - Pobreza multidimensional (MO) Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais do Paraná – em % - 2006 e 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Em 2006, cerca de 33,95% das famílias das regiões urbanas eram pobres multidimensionais. Mas em 2010 esse percentual diminuiu para 33,91 % elevando-se em 2016, com percentual apresentando uma alteração atingindo 33,99, um aumento de 0,08 pontos percentuais. Durante o período analisado, as regiões urbanas apresentaram pequenas variações. Já as regiões rurais tiveram períodos de alterações consideráveis, em 2006



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

apresentaram cerca de 34,03% das famílias pobres multidimensionais. Esse percentual apresentou alterações até o ano de 2011, quando chegou a um percentual de 34,83%. Em 2015, atingiu 34,01% e voltou a se a reduzir em 2016 para 33,92%.

Para Ferreira e Alves, (2014), o país como um todo apresenta diversas constituições familiares das quais inúmeras delas se encontram em situação de vulnerabilidade social, independente do espaço geográfico em que vivem, para os residentes na zona rural, o problema da pobreza se relaciona com a falta de acesso ao processo de modernização da agricultura, seja por falta de recursos financeiros ou de terras, seja por falta de qualificação da mão de obra. Na zona urbana o grande êxodo rural, aglomerando uma grande número de famílias vivendo em situação precária. Rocha (2013) corrobora observando que há um consenso relacionado a diferença da pobreza brasileira decorrente da dimensão territorial e demográfica do país, dos diversos desequilíbrios das regiões e como se configurou o complexo da mistura social brasileira. Podendo ser observado que os pobres podem tanto ser indivíduos que fazem parte do mercado formal de trabalho quanto aos que vivem quase exclusivamente de atividades de autossustentação. Os resultados da pesquisa demonstraram que há presença de pobreza multidimensional em ambas as regionalizações. Entretanto, há mais privações nas Regiões Geográficas Imediatas rurais do que nas urbanas.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as mudanças e relações entre a composição familiar e geográfica e a apropriação dos recursos disponíveis a família, torna-se importante para estudar a pobreza e suas consequências em um determinado período e local. Assim, buscando entender e medir a pobreza multidimensional no Paraná relacionando-se com as regionalizações entre urbano e rural, o objetivo da pesquisa foi a identificação e análise das mudanças observadas na estrutura familiar nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná. Consequentemente, esse estudo se tornou um instrumento para discutir a redução da pobreza e da miséria e da implementação de políticas públicas de emprego e renda, corroborando com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para atender o objetivo da pesquisa foi construído o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), com recorte para os anos de 2006 a 2016.

Os resultados da pesquisa apontaram que a pobreza no Paraná vem diminuindo ao longo do período, embora com oscilações. Na análise em relação a classificação das regiões como urbanas ou rurais, das 29 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná, em média 17 destas regiões foram classificadas como urbanas, pois apresentaram participação do PIB agropecuário entre 5 e 20 pontos percentuais. No caso das RGIs rurais, 12 delas apresentaram participação do PIB agropecuário entre 21% e 37%.

Ao analisar as dimensões do índice de pobreza observou-se que em relação a mortalidade infantil houve uma significativa redução dos índices no período de análise, tanto nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

Porém, os menores percentuais encontraram-se nas regiões rurais, tendo em vista que são regiões com menos concentração de população e acesso a serviços públicos.

Na análise relacionada a presença de população analfabeta, os resultados indicaram que há maior percentual de população analfabeta nas regiões urbanas. No entanto, constatou-se redução ao longo do período analisado.

A dimensão dos rendimentos médios mostrou queda durante os anos de 2007 a 2010, contudo elevou-se os índices após esse período, tanto para regiões urbanas como para regiões rurais. Essa foi a dimensão que apresentou crescimentos maior em seus índices, a partir de 2010.

Na análise da desnutrição, os resultados demonstraram que as famílias paranaenses, em ambas as regionalizações, tiveram diminuição considerável durante o período que vai de 2006 até 2015. No computo geral do período analisado os dados demonstraram que houve redução em ambas as regionalizações analisadas. Embora as regiões rurais apresentem um percentual menor, contudo, essa diferença é pequena se comparada os seus índices em relação as regiões urbanas.

A análise sobre a proporção de famílias pobres (H) demonstrou que houve uma tendência seguida quando analisado as dimensões e componentes, ou seja, uma predominância da incidência da pobreza nas regiões urbanas maior do que nas regiões rurais. Embora apresente queda durante o período de análise. Contudo, a análise da intensidade da pobreza se mostrou maior nas áreas rurais. Embora, os percentuais nas regiões urbanas permanecessem



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

com pouca alteração, enquanto nas regiões rurais o aumento na variação foi maior.

Os resultados da pobreza multidimensional (MO) para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais do Paraná, para os anos 2006 e 2016, demonstrou que as famílias das regiões urbanas apresentaram pequenas variações ao longo do período de análise. Já as regiões rurais seguiram essa tendência até o ano 2010, quando se elevou esse percentual um pouco mais, posterior a isso voltou a reduzir.

Os resultados do IPM e os dados utilizados demonstraram que houve redução da pobreza no Paraná durante a série analisada. No entanto, houve presença de pobreza multidimensional em ambas as regionalizações. Mesmo assim, ainda há mais privações nas Regiões Geográficas Imediatas rurais do que nas urbanas. Isso remete a necessidade de estudos e políticas públicas mais focalizadas, como instrumentos para compreender e avançar nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

AGRADECIMENTOS:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo suporte a essa pesquisa por meio de bolsas de pesquisa Demanda Social (DS) e Produtividade (PQ), respectivamente.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. n 702. Repositório do Conhecimento. IPEA. Rio de Janeiro. 2000.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. E.; SETH. S.; SANTOS, M. E.; ROCHE, J. M.; BALLON, P. Multidimensional poverty measurement and analysis: Chapter 5 – The Alkire-Foster Counting Methodology. **Ophi Working Paper**, n 86. 2015.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 32, 2009.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. **OPHI Working Paper** nº thirty-eight. Oxford. 2010.

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 2, p. 9–29, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i2.28307.

BARROS, R. S. A ideologia do afeto. **Revista Brasileira de Direito de Família**. v. 4, n. 14, p. 5-10, 2002.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil **Texto para discussão**. n 1227. Brasília: IPEA, 2006.

CANOVA, L; GRASSO, M; VAGLIO, A; DI GIULIO, E; MIGLIAVACCA, S; LELLI, S; PAREGLIO, S. Operationalising senian capability approach by modelling human development. **Technical Report**, n. 251, Roma: Università Catholic del Sacro Cuore, 2005.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de janeiro: Campus, v. 1, n. 997, p. 508, 1997

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; TABASCO, J. J. P.; PULPÓN, Á. R. R. Activando el patrimonio territorial como estrategia de desarrollo de regiones estancadas: el caso del territorio del Contestado. **Informe GEPEC**, v. 23, p. 89–114, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22747.

FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília/DF: IPEA, p. 77-105, 2014.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 7-22, 2013.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados diversos**. Rio de Janeiro:2021. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 10 novembro 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Banco de dados estadual (BDE)**. 2021.Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br. Acesso em 10 novembro 2021

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, v. 23, p. 191–209, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

KAGEYAMA, A. HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

LOURENÇO, M. G. Comunicado para o planejamento **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 16, 2012.

MENDES, M. **Por que o Brasil cresce pouco?** Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro; Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2014.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Pobreza multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. **Estudo Técnico** nº 09/2014. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

Informação/MDS.Disponívelem:https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf.

OLIVEIRA, N. M. S. N. Pobreza das mulheres chefes de família da região nordeste do Brasil: uma análise multidimensional. 2018. 185 f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). PGDRA- UNIOESTE, Toledo, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD Relatório Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. New York: PNUD, 2014.

RAIHER, A. P. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe GEPEC**, v. 20, n. 1, p. 116–128, 2016. DOI: 10.48075/igepec.v20i1.13531.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). *In*: VELLOSO, J. P. (Coord.). **O Brasil de amanhã: transformar crise em oportunidade**. Rio de Janeiro: INEA, p.248-99, 2013.

SALAMA, P; DESTREMAU, B. **Medidas de pobreza desmedida: economía política de la distribución del ingreso**. LOM Ediciones, 2002.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

SANTOS, A. C. G. A dinâmica da pobreza multidimensional no Brasil: uma análise para o período de 2009-2015. 2019. 90 f. **Dissertação** (Mestrado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. 2019.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, A. C.; CUNHA, M. G.H.; SOUZA JR.V.N.C. Pobreza no Brasil nos primórdios do século XXI: uma resenha da literatura. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2018.

SOUZA, V. de; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. do; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.22710.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil. **Informe GEPEC**, v. 18, n. 1, p. 177–192, 2014. DOI: 10.48075/igepec.v18i1.9283.

VASCONCELOS, N. A. M.; GOMES, F. M. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol Serv. Saúde**, v. 21, 2012.

WORD BANK. Poverty and shared prosperity. **Reversal of fortune**. Washington.2020.